

ENTRE A INFORMAÇÃO E O SILÊNCIO: invisibilidade documental e desafios arquivísticos no acervo de manuscritos de José Américo de Almeida

BETWEEN INFORMATION AND SILENCE: Documentary Invisibility and Archival Challenges in the Manuscript Collection of José Américo de Almeida

Danielle Alves de Oliveira¹

Thiago Gomes Medeiros²

RESUMO:

José Américo de Almeida foi uma figura de grande relevância no cenário brasileiro do século XX. Ao longo de sua vida, produziu e recebeu expressivo volume documental, posteriormente reunido pela Fundação Casa de José Américo (FCJA), instituição criada em sua homenagem. No entanto, um grave problema de visão comprometeu a legibilidade de sua escrita, dificultando o processo de identificação e organização de parte significativa de seus manuscritos. Em razão dessas limitações, esses documentos permaneceram separados do restante de seu acervo pessoal, sem tratamento técnico sistemático e sem condições efetivas de acesso por mais de quatro décadas. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir as condições que contribuíram para a permanência desses manuscritos em situação de invisibilidade documental, refletindo sobre seus efeitos para as possibilidades de acesso, representação arquivística e circulação informacional. Adota-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em análise documental e bibliográfica. Os resultados evidenciam que a permanência prolongada desses documentos fora das condições efetivas de tratamento decorreu da conjugação de limitações técnicas, ausência histórica de competências especializadas e insuficiente priorização institucional, produzindo efeitos concretos de invisibilidade documental. Conclui-se que o caso analisado evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas arquivísticas voltadas ao tratamento de acervos pessoais complexos, reafirmando o papel do arquivista na construção de estratégias capazes de ampliar o acesso, a representação documental e a circulação social da informação.

Palavras-chave: Invisibilidade documental; Silenciamento arquivístico; Arquivos pessoais; Manuscritos.

ABSTRACT:

José Américo de Almeida was a prominent figure in twentieth-century Brazilian political and literary history. Throughout his life, he produced and received a substantial documentary corpus, later incorporated into the collection of the Fundação Casa de José Américo (FCJA), an institution created in his honor. However, severe visual impairment compromised the legibility of his handwriting, making the identification and organization of a significant portion of his manuscripts particularly challenging. As a result, these documents remained separated from the rest of his personal archive, without systematic archival treatment or effective access conditions for more than four decades. In this context, this article aims to discuss the conditions that contributed to the permanence of these manuscripts in a state of documentary invisibility,

¹ Professora | Universidade Federal da Paraíba | E-mail: prof.danielle.alves@gmail.com

² Professor | Secretaria de Educação da Paraíba | E-mail: professorthiagomedeiros@gmail.com



reflecting on their effects on access, archival representation, and informational circulation. The study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on documentary and bibliographic analysis. The findings indicate that the prolonged lack of effective treatment resulted from the combination of technical limitations, the historical absence of specialized expertise, and insufficient institutional prioritization, producing concrete effects of documentary invisibility. It is concluded that the case highlights the need to strengthen archival policies aimed at the treatment of complex personal archives, reaffirming the role of archivists in developing strategies capable of expanding access, archival representation, and the social circulation of information.

Keywords: Documentary invisibility; Archival silencing; Personal archives; Manuscripts.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos são essenciais para a preservação da memória coletiva e, conseqüentemente, para a construção das identidades. No entanto, para que essa função seja efetivamente cumprida, é necessário que os acervos estejam devidamente organizados e acessíveis aos usuários, o que, frequentemente, não acontece. Os motivos são diversos, uma vez que a organização e o tratamento dos acervos documentais nem sempre seguem um processo linear ou são isentos de obstáculos. Corroborando com essa assertiva, Martins, Lunardelli e Aleixo (2023) destacam que, durante o tratamento arquivístico, cada fundo apresenta situações que desafiam os saberes arquivísticos, exigindo abordagens específicas para garantir a integridade e a acessibilidade dos documentos. O acervo de manuscritos de José Américo de Almeida, figura de grande relevância na literatura e na política brasileira do século XX, exemplifica as complexas dinâmicas que envolvem a organização de um acervo arquivístico e os efeitos que determinadas condições institucionais podem produzir sobre a visibilidade documental. Esse acervo integra o fundo pessoal *José Américo de Almeida (JAA)*, que está sob a custódia da Fundação Casa de José Américo (FCJA). Criada na década de 1980, logo após o falecimento do intelectual, a fundação foi instituída pelo então governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity, por meio do decreto estadual nº 4.195/1980, com o propósito de preservar sua trajetória e assegurar a permanência de sua memória no cenário cultural e político paraibano e nacional.

Com a criação da instituição, documentos, objetos e livros pertencentes ao titular foram reunidos, tratados e disponibilizados para compor o arquivo, a biblioteca e o museu da recém-criada FCJA. Os acervos passaram por processos de organização de acordo com



suas especificidades e necessidades técnicas, buscando garantir tanto sua preservação quanto seu acesso e utilização por pesquisadores e pela sociedade. Contudo, no processo de organização inicial do fundo, um conjunto significativo de manuscritos produzidos por José Américo de Almeida permaneceu sem tratamento técnico e sem integração efetiva aos instrumentos de acesso do acervo. Composto por diferentes espécies documentais, esse material apresentava dificuldades consideráveis de leitura e interpretação, sobretudo em razão do comprometimento da visão do titular ao longo de sua vida. Problemas oftalmológicos, associados ao avanço da presbiopia na velhice, impactaram diretamente sua escrita manual, tornando parte dos registros de difícil decifração.

Diante dessas limitações, os manuscritos permaneceram acondicionados separadamente, sem identificação de conteúdo e sem condições efetivas de consulta pública. Embora pesquisadores mais próximos da trajetória de José Américo tivessem conhecimento da existência dessa documentação, seu uso era extremamente limitado, tanto pela fragilidade física dos documentos quanto pela ausência de descrição arquivística e pelas dificuldades impostas pela grafia do autor. Essa situação, inicialmente relacionada a obstáculos técnicos e operacionais, prolongou-se por mais de 40 anos. Nesse intervalo, os manuscritos permaneceram à margem do circuito informacional do fundo José Américo de Almeida, sem integração aos instrumentos de pesquisa e sem ampla difusão institucional. Ainda que não se trate, necessariamente, de um processo deliberado de ocultamento, a permanência prolongada dessa documentação em condição de inacessibilidade produziu efeitos concretos sobre as possibilidades de acesso, pesquisa e construção da memória acerca do titular.

Durante esse período, o fundo JAA foi amplamente utilizado como base para teses, dissertações, biografias, artigos e livros. Entretanto, os manuscritos permaneceram fora das possibilidades efetivas de consulta pública e de utilização sistemática pelos pesquisadores. Esse contexto pode ter limitado determinadas possibilidades interpretativas acerca da trajetória de José Américo predominantemente associada aos documentos oficiais, datiloscritos e socialmente circulados, isto é, aos registros já incorporados ao circuito público de memória. Dessa forma, a ausência de tratamento e de acesso a esse conjunto documental influenciou diretamente as possibilidades de interpretação sobre a trajetória do titular.



Maria de Lourdes Lemos Luna, secretária pessoal de José Américo, explica no livro *Rastros na Areia* que o intelectual temia a divulgação de seus manuscritos, pois estes revelavam aspectos íntimos de seus pensamentos, práticas e sentimentos:

Não se entregava às confidências, transpondo seus desafios para centenas de cadernos. Infelizmente, não se consegue decifrar a letra sem caracteres bem formados. Receoso de que após a sua morte esses manuscritos fossem traduzidos e publicados, com uma interpretação deturpada, modificando-lhe o pensamento, pediu-me para queimá-los. Obviamente, não os destruí, fazendo hoje, esse acervo, parte do Arquivo da Fundação Casa de José Américo (Luna, 1994, p.69).

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo discutir as condições que contribuíram para a permanência desses manuscritos em situação de invisibilidade documental, refletindo sobre seus efeitos para as possibilidades de acesso, representação arquivística e circulação informacional. Parte-se do entendimento de que o silenciamento arquivístico não se manifesta apenas pela destruição ou ocultamento deliberado dos documentos, podendo também decorrer da permanência prolongada de conjuntos documentais fora das condições efetivas de tratamento, descrição e acesso.

Para contextualizar essa discussão, apresenta-se ainda o papel do arquivista diante dos desafios impostos por acervos pessoais complexos, bem como a metodologia adotada para a organização e difusão desse conjunto documental. A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em análise documental e bibliográfica. O estudo articula o caso do acervo de manuscritos de José Américo de Almeida à revisão teórica em Arquivologia, Ciência da Informação e estudos da memória, possibilitando refletir sobre os desafios do tratamento e da difusão de arquivos pessoais marcados por condições de invisibilidade documental

2 REFLEXÕES EM TORNO DO ARQUIVO PESSOAL

Nas últimas décadas, os arquivos pessoais vêm ganhando destaque no cenário arquivístico brasileiro. A compreensão de que os arquivos são produtos orgânicos, gerados pelas atividades funcionais de seus respectivos produtores, permitiu estabelecer a distinção entre arquivos públicos, originados no exercício das funções institucionais de entidades estatais, e arquivos privados, provenientes de ações realizadas por indivíduos, famílias ou instituições não governamentais. Os arquivos de pessoas, inseridos na



concepção de arquivos privados, são formados, segundo Bellotto (2006, p. 266) por “[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc.”. Cabe destacar que nem todos os sujeitos terão preservados os seus arquivos pessoais, somente aqueles cuja trajetória possa, de alguma forma, influenciar a sociedade, “[...] ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade” (Bellotto, 2006, p. 266). Camargo (2009), no mesmo sentido, evidencia que a formação desses acervos somente faz sentido para sujeitos que atingiram certo “prestígio” social, e por isso merecem ter seus registros custodiados e disseminados.

José Américo é, sem dúvida, uma personalidade que se encaixa nessas características. Nascido em Areia, Paraíba, em 10 de janeiro de 1887, formado em Direito, foi um indivíduo muito atuante no cenário brasileiro do século XX. Na literatura, destacou-se com a publicação de *A bagaceira* (1928), obra que inaugura o movimento denominado Romance de 30, produção ficcional brasileira muito semelhante ao Realismo machadiano, mas com a presença do regionalismo e das conquistas modernistas de introspecção e liberdade linguística. Sua ampla contribuição para a literatura, lhe permitiu ocupar a cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras, tendo sido eleito em 27 de outubro de 1966. Na política, José Américo, além de governador da Paraíba (1950), Deputado Federal (1930), senador (1935 e 1947), foi ministro da Viação e Obras públicas (1930 e 1953) e pré-candidato à Presidência da República nas eleições de 1938, suspensas pelo Estado Novo promovido por Getúlio Vargas, seu então amigo e apoiador. Além disso, foi nomeado embaixador junto ao Vaticano (1934), porém renunciou ao cargo. Seus registros documentais não apenas revelam eventos fundamentais para a compreensão social de uma época, mas também refletem seu pensamento, sua interpretação pessoal dos fatos e até confidências que jamais ousou expressar. Oliveira (2013) explica que os arquivos pessoais representam a vida de seu titular, suas relações e seus negócios, ou seja, registros de seu papel na sociedade em um sentido amplo. Nesse ínterim, a autora complementa:

É no universo circunscrito ao “eu”, que os arquivos pessoais são produzidos. Na dimensão do indivíduo, o processo de acumulação dos documentos que dará a origem a um arquivo representa a visão do indivíduo de si, do que entende como suas necessidades e, dessa forma, serão os registros de sua relação com a sociedade em seus distintos



papéis. O processo de construção da memória do indivíduo poderá contribuir para a construção da memória coletiva. Esse processo é dinâmico, ambivalente e complexo, porque a memória coletiva é também um dos elementos de experiência do indivíduo. Essa relação, apesar dos arquivos não se constituírem originalmente como memória, estará representada nos documentos acumulados pelo sujeito inscrito na sociedade (Oliveira, 2013, p. 35).

Assim, entende-se que os arquivos pessoais são frutos da condição humana e social de seu produtor, gerados a partir de um contexto específico, marcado por suas experiências e vivências. Embora produzidos no âmbito da individualidade, esses registros possuem um caráter coletivo, uma vez que podem contribuir significativamente para a construção da memória social. Como afirma Oliveira (2013), os arquivos pessoais não se limitam a ser reflexos da vida privada do sujeito, mas também são mediadores da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Nesse contexto, embora os manuscritos de José Américo tenham origem em uma experiência pessoal, eles oferecem valiosas informações sobre as dinâmicas sociais, culturais e políticas de sua época, contribuindo para o enriquecimento da memória coletiva e ampliando a compreensão da história. No entanto, para que essa contribuição se concretize, é fundamental que esses documentos estejam acessíveis aos usuários, sem dispersão e respeitando as relações orgânicas. Camargo e Goulart (2007) enfatizam que o princípio fundamental na organização de um acervo pessoal é tratá-lo como um conjunto indissociável, no qual as partes só têm sentido quando consideradas em suas inter-relações, reconhecendo seus vínculos com as atividades e funções de onde se originaram. “Qualquer outro tratamento [...] poria em risco a organicidade da documentação” (Camargo; Goulart, 2007, p. 35-36), ou seja, comprometeria sua função no processo de construção da memória social.

3 DA INVISIBILIDADE AO SILENCIAMENTO ARQUIVÍSTICO: o caso dos manuscritos de José Américo de Almeida

Os manuscritos de José Américo permaneceram silenciados por mais de quatro décadas devido às dificuldades de leitura e à impossibilidade de identificação do seu conteúdo informacional. Bruno Comparato (2014, p. 146) argumenta que o “silêncio pode ter vários significados e nem todos silenciam pelas mesmas razões”, indicando que o silêncio não constitui fenômeno homogêneo, mas uma condição que assume diferentes



significados conforme o contexto, as circunstâncias e as relações institucionais que o produzem.

No caso dos manuscritos de José Américo, esse silêncio pode ser inicialmente compreendido como resultado de barreiras técnicas concretas, especialmente a ilegibilidade decorrente das particularidades gráficas do titular, a inexistência de instrumentos interpretativos capazes de auxiliar a leitura e a ausência, à época, de profissionais com formação específica em Paleografia aptos a enfrentar esse desafio de maneira sistemática. Tais fatores ajudam a explicar o adiamento do tratamento documental. Entretanto, a permanência dessa situação por período tão prolongado suscita uma questão central: até que ponto a ausência institucional de competências técnicas e de priorização para o enfrentamento desse problema pode ser compreendida como expressão de uma política de esquecimento?

Johann Michel (2010, p. 24) sustenta uma compreensão mais restritiva desse conceito ao afirmar que “sem uma decisão pública claramente identificável, sem o projeto deliberado de passar ao silêncio alguns acontecimentos históricos, o esquecimento não pode se traduzir como política do esquecimento”. A perspectiva do autor chama atenção para a necessidade de distinguir o esquecimento produzido por ações intencionais daquele decorrente de contingências institucionais ou limitações operacionais. Todavia, no campo arquivístico, entende-se que os efeitos do esquecimento podem ultrapassar a existência de decisões formalmente explicitadas. A ausência prolongada de intervenção, a naturalização de obstáculos técnicos e a não priorização de determinados conjuntos documentais podem produzir efeitos concretos de restrição informacional, ainda que não estejam associadas a projetos deliberados de apagamento.

Neste trabalho, adota-se, portanto, uma compreensão ampliada de política de esquecimento, entendida não como ato necessariamente deliberado de ocultamento, mas como resultado de escolhas institucionais, explícitas ou tácitas, que, ao estabelecer prioridades, distribuir recursos e definir temporalidades de intervenção, condicionam as possibilidades de acesso e representação documental. Compreende-se a invisibilidade documental como a condição de baixa inteligibilidade e reduzida mediação arquivística que impede determinados documentos de integrarem plenamente os circuitos institucionais de representação e acesso. Tal entendimento aproxima-se das reflexões de Harris (2007), ao evidenciar que as ausências arquivísticas não decorrem apenas da inexistência material dos registros, mas também das formas pelas quais os arquivos



produzem zonas de opacidade e exclusão informacional. A invisibilidade é condição produzida pela insuficiência de mediações técnicas, enquanto o silenciamento arquivístico pode ser compreendido como um efeito possível de sua permanência prolongada, manifestando-se na restrição da circulação social da informação e na limitação de sua apropriação nos processos de construção da memória.

O caso dos manuscritos de José Américo não autoriza afirmar a existência de intenção política voltada ao apagamento deliberado da documentação. Contudo, permite reconhecer que a manutenção prolongada de sua inacessibilidade produziu efeitos análogos aos processos de silenciamento, restringindo as possibilidades de consulta, circulação pública e apropriação social desses registros.

Essa reflexão aproxima-se da discussão proposta por Robson William Potier (2017, p. 22), ao afirmar que o silêncio já está presente nas escolhas que estruturam qualquer narrativa: “ao se decidir narrar algo a partir da enunciação de determinados elementos [...] outros elementos são silenciados”. Ainda que Potier se refira à construção discursiva, sua reflexão é produtiva para pensar o campo arquivístico, uma vez que também os arquivos são atravessados por escolhas técnicas e institucionais que definem o que ingressa efetivamente nos fluxos de descrição, mediação e acesso.

Os efeitos dessas dinâmicas ultrapassam a esfera técnica, pois orientam as possibilidades de visibilidade documental e condicionam aquilo que poderá ser incorporado aos processos sociais de memorização. A própria construção do arranjo arquivístico envolve uma dimensão de poder, na medida em que estabelece prioridades e condiciona as possibilidades de circulação da informação. Oliveira (2023) ressalta que a consciência acerca das relações de poder que atravessam o fazer arquivístico constitui condição essencial para que as decisões técnicas estejam assentadas em fundamentos mais sólidos e possam responder de forma efetiva às demandas sociais. Para a autora, esse reconhecimento não deve permanecer apenas no plano retórico, mas precisa orientar concretamente o delineamento das práticas arquivísticas, permitindo que os sujeitos envolvidos compreendam as tessituras que engendram suas ações.

Essa perspectiva reforça a compreensão de que as escolhas técnicas, ainda que fundamentadas em critérios operacionais, não se encontram dissociadas de implicações políticas e sociais. Como destacam Ricoeur (2007), Assmann (2011) e Le Goff (2003), memória e esquecimento constituem processos inseparáveis e historicamente disputados, atravessados por relações de poder que condicionam aquilo que pode ser



lembrado, narrado e socialmente apropriado. Ricoeur (2007, p. 452) observa que “muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória”. Sua reflexão permite compreender que o esquecimento arquivístico não se manifesta apenas pela destruição material ou pelo ocultamento deliberado, podendo também decorrer da ausência de mediações técnicas capazes de tornar acessíveis documentos preservados fisicamente, mas informacionalmente inacessíveis.

O arquivista, ao realizar as atividades técnicas de sua profissão, influencia diretamente o discurso construído sobre o passado, selecionando o que será preservado, descrito e disponibilizado à pesquisa. Como explica Hedstrom (2017, p. 249-250), ao tomarem decisões sobre quais documentos serão disponibilizados para o estudo do passado, os profissionais influenciam diretamente as possibilidades de construção da memória coletiva e, conseqüentemente, as histórias que poderão ser narradas.

No caso analisado, a problemática torna-se ainda mais sensível quando se observa que, mesmo diante da impossibilidade de acesso intelectual pleno, medidas básicas de conservação preventiva poderiam ter sido adotadas para assegurar melhores condições de preservação física do conjunto até que os entraves técnicos fossem superados. Ainda que a leitura paleográfica demandasse competências especializadas e recursos técnicos específicos, procedimentos elementares de conservação preventiva, como higienização e acondicionamento adequado, poderiam ter sido executados com o objetivo de estabilizar fisicamente a documentação e retardar seu processo de degradação. Ao longo desse período, o conjunto permaneceu acondicionado de forma precária, com caixas abarrotadas de documentos submetidas às condições ordinárias de guarda da instituição, cenário que potencializou riscos à integridade material do acervo.

Cassares (2000) destaca que os documentos, quando submetidos a condições inadequadas de preservação, tendem a apresentar danos progressivos que podem conduzir “[...] a um estado de perda total”. Para evitar esse desfecho, segundo a autora, faz-se necessária a realização de intervenções capazes de promover a estabilização documental e interromper os processos de deterioração.

A ausência prolongada de ações preventivas reforça a compreensão de que o silenciamento arquivístico não se restringe à dimensão do acesso intelectual, manifestando-se também nas condições materiais de preservação. A ausência de intervenção técnica sistemática, somada à inexistência de estratégias consistentes de reinserção arquivística do conjunto, resultou na invisibilização desse material,



comprometendo sua função informacional e sua vinculação orgânica ao restante do fundo. Assim, mais do que atribuir intencionalidade política à instituição custodiante, o caso dos manuscritos de José Américo evidencia como a ausência prolongada de tratamento técnico pode produzir invisibilização documental e limitar a pluralidade interpretativa sobre determinado sujeito histórico.

Durante esse período, o fundo José Américo de Almeida foi amplamente utilizado como base para pesquisas. Entretanto, os manuscritos permaneceram fora das possibilidades efetivas de consulta pública e de uso sistemático pelos pesquisadores. Isso possivelmente contribuiu para que determinadas dimensões da trajetória intelectual, política e pessoal do titular permanecessem à margem das interpretações historicamente construídas.

É importante ressaltar, contudo, como observa Millar (2006, p. 115), que “os arquivos não são memórias, mas nós criamos ou guardamos documentos de arquivo para manter um pedaço de prova que nos permita lembrar de um evento”. Assim, o papel do tratamento arquivístico não consiste em produzir memória, mas em criar condições para que os documentos possam cumprir sua função probatória e informacional. Nesse sentido, a organização e a disponibilização dos manuscritos representam não apenas uma etapa técnica de tratamento arquivístico, mas um movimento de reinserção documental no circuito da memória social. Ao restituir visibilidade a registros historicamente marginalizados pelas limitações de acesso, o trabalho arquivístico contribui para ampliar as possibilidades interpretativas sobre a trajetória de José Américo de Almeida e para reafirmar o papel dos arquivos como espaços de mediação crítica entre memória, informação e sociedade.⁹

4 DO SILENCIAMENTO À DIFUSÃO: estratégias técnico-metodológicas no tratamento dos manuscritos

Conforme destacam Martins, Lunardelli e Aleixo (2023), cada acervo apresenta especificidades que desafiam os saberes arquivísticos e demandam a construção de estratégias metodológicas compatíveis com suas singularidades, ainda que sempre orientadas pelos fundamentos técnicos da área.

No caso dos manuscritos de José Américo de Almeida, as dificuldades impostas pela complexidade paleográfica, somadas à ausência histórica de recursos humanos



especializados e de condições institucionais adequadas para o enfrentamento sistemático dessa problemática, contribuíram para a permanência do conjunto em condição de invisibilidade documental por longo período. Entretanto, como discutido na seção anterior, a persistência dessa condição não pode ser compreendida apenas como consequência inevitável de limitações técnicas, mas também como resultado da ausência de estratégias institucionais consistentes e de priorização capazes de enfrentar o problema. A mudança nesse cenário ocorreu a partir de 2021, quando a atual gestão da Fundação Casa de José Américo, ao reconhecer a relevância histórica e informacional desse conjunto documental, mobilizou esforços para viabilizar sua inserção nas agendas institucionais de preservação e pesquisa. Por meio da articulação com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES) e com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB), foi estruturada uma parceria que possibilitou a constituição de equipe multidisciplinar composta por arquivistas, paleógrafos, historiadores e um pesquisador da área de Ciência de Dados e Inteligência Artificial.

Mais do que responder a uma demanda administrativa pontual, essa iniciativa representou a criação das condições técnicas, metodológicas e financeiras necessárias para enfrentar um desafio historicamente acumulado e até então considerado de difícil operacionalização, tornando possível submeter esse conjunto documental, pela primeira vez de forma sistemática, a procedimentos técnicos de preservação, identificação e descrição arquivística. Cabe salientar que a equipe foi constituída após um planejamento prévio das atividades necessárias ao tratamento desse conjunto documental, que incluiu: a) atividades de estabilização do acervo; b) digitalização; c) uso de fundamentos paleográficos; d) descrição; e) organização física do acervo; f) criação de instrumentos de pesquisa.

As duas primeiras atividades estavam ligadas à necessidade de preservação, haja vista que o acervo já apresentava limitações de manuseio devido à acidificação do suporte. Assim, todos os documentos foram higienizados, retirados das caixas de papel Kraft, separados por acondicionamento individual, tiveram rasgos reparados com fita Filmoplast e foram identificados com um código alfanumérico provisório. Em seguida, foram digitalizados em um scanner planetário da marca alemã *Zeutschel*, modelo OS 12000, com processamento das imagens em 400 dpi, escala de cinza e armazenamento no formato TIFF, seguindo as Recomendações para Digitalização de Documentos



Arquivísticos Permanentes do CONARQ (2010). A estabilização física e a constituição desse acervo digital estruturado foram etapas fundamentais para viabilizar o avanço das análises voltadas à identificação do conteúdo informacional da documentação. Foi nesse contexto que, simultaneamente às atividades de preservação e digitalização, passaram a ser mobilizados procedimentos metodológicos derivados da tradição paleográfica, adaptados às especificidades da escrita contemporânea de José Américo de Almeida. Embora a Paleografia, em sua acepção clássica, esteja voltada ao estudo das escritas antigas, conforme destacam Acioli (1994) e Spina (1977), seus aportes analíticos mostraram-se fundamentais para o estudo e interpretação dos grafemas produzidos pelo titular. Esse processo resultou na elaboração de um quadro grafemático (alfabeto-guia), construído a partir do mapeamento morfológico da escrita, que passou a subsidiar a identificação do conteúdo informacional dos manuscritos.

Figura 1 – Identificação dos grafemas

Maiúsculas		Minúsculas	
A	AAA	a	aaa
B	BB	b	bbb
C	CC	c	ccc
D	DD	d	ddd
E	EE	e	eee
F	FF	f	fff
G	GG	g	ggg
H	HH	h	hhh
I	II	i	iii
J	JJ	j	jjj
K	KK	k	kkk
L	LL	l	lll
M	MM	m	mmm
N	NN	n	nnn
O	OO	o	ooo
P	PP	p	ppp
Q	QQ	q	qqq
R	RR	r	rrr
S	SS	s	sss
T	TT	t	ttt
U	UU	u	uuu
V	VV	v	vvv
X	XX	x	xxx
Y	YY	y	yyy
W	WW	w	www
Z	ZZ	z	zzz

PALAVRAS			
PRAZO =	prazo		
CASA =	caza		
CASAMENTO =	casamento		
HIPOTECA =	hipoteca		
COM =	com		
MAS =	mas		
DESAGRADO =	desagrado		
SEU =	seu		
OPORTO =	oportuno		
ES =	es		
ESPERA =	espera		
JÁ =	ja		
SENTIA =	sentia		
NO'VAR =	novar		
QUE =	que		
EJA =	eja		
TIPO =	tipo		
ETC =	etc		
TR =	tr		
CHERES =	cheres		
GETULIO =	getulio		
TODO =	todo		
1-11	4.44	7.77	0.00
2-222	5.55	8.88	
3-33	6.66	9.9	

Fonte: Acervo do projeto (2023)

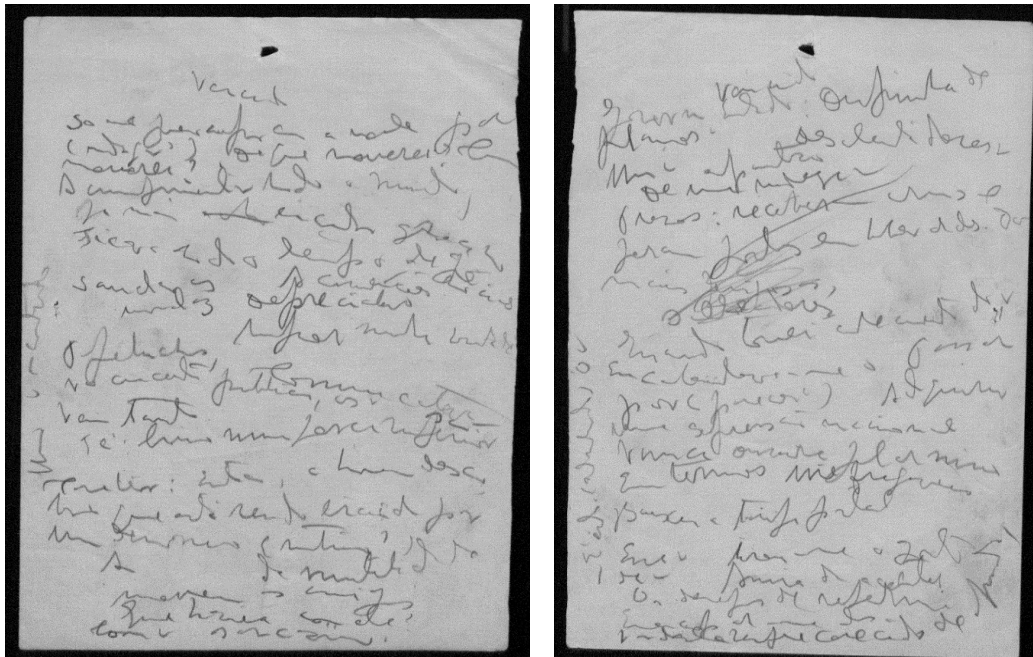
A partir dessas estratégias paleográficas, os pesquisadores começaram a identificar o conteúdo informacional dos documentos e transpor os dados em uma planilha do Microsoft Excel, com os seguintes campos: 1) Nº de identificação; 2) Espécie/Tipo; 3) Título; 4) Local; 5) Data; 6) Quantidade de imagens; 7) Formato; 8) Técnica de registro; 9) Autoria intelectual; 10) Autoria material; 11) Notas sobre conservação; 12) Conteúdo; 13) Contexto; 14) Palavras-chave; 15) Observações; 16)



Profissional responsável. Com base nessas informações, os manuscritos serão organizados, descritos e os instrumentos de pesquisa poderão ser criados.

Visando acelerar a identificação do conteúdo informacional dos documentos, foram testadas ferramentas tecnológicas, como o *Transkribus*³ e bases neurais de leitura de “manuscritos contemporâneos” desenvolvidas por pesquisadores locais. No entanto, essas alternativas se mostraram inviáveis diante das particularidades dos textos de José Américo, que incluíam letras pouco definidas, folhas sem pautas, escrita irregular (alternância de linhas horizontais e verticais), abreviaturas e palavras riscadas. Diante dessas limitações, tornou-se necessário dar continuidade ao tratamento manual.

Figura 2 – Manuscritos de JAA



Fonte: Acervo do projeto (2024)

Para tanto, partindo do entendimento de que a tecnologia pode constituir importante aliada na decifração dessa escrita, e considerando que os paleógrafos estão concentrados no levantamento do conteúdo informacional, sem foco na transcrição integral dos grafemas, passou a ser desenvolvida, por um membro da equipe, uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA) destinada a auxiliar futuros usuários na leitura dos manuscritos. Para sua construção, palavras vêm sendo identificadas, extraídas dos documentos e submetidas ao Processamento Digital de Imagens (PDI), com vistas ao

³ Transkribus é uma plataforma para reconhecimento de texto, análise de imagens e reconhecimento de estrutura de documentos históricos.



aprimoramento da qualidade visual e à eliminação de ruídos, sendo posteriormente incorporadas a uma base de dados específica para o treinamento do modelo. Até dezembro de 2025, aproximadamente 7.000 palavras encontravam-se tratadas e validadas, quantitativo expressivo, embora ainda insuficiente para assegurar níveis satisfatórios de robustez estatística, razão pela qual foi estabelecida como meta mínima a constituição de um conjunto com pelo menos 10.000 palavras.

Ainda assim, o estágio alcançado permitiu, em maio de 2026, o avanço para testes preliminares a partir da aplicação de técnicas de *fine-tuning* sobre modelo previamente treinado com o dataset IAM, amplamente utilizado em tarefas de reconhecimento de escrita manuscrita, e posteriormente ajustado com o conjunto específico de dados extraídos dos manuscritos de José Américo de Almeida. Esse procedimento permitiu que o modelo se adaptasse às especificidades gráficas da escrita de JAA, aproximando-o das singularidades paleográficas do acervo.

Os testes realizados até o momento mostram-se promissores, uma vez que a saída bruta do modelo já demonstra capacidade de produzir previsões graficamente próximas às unidades analisadas, apresentando níveis iniciais de aproximação que atestam a viabilidade da proposta. Embora ainda sejam necessários refinamentos metodológicos e ampliação da base de treinamento para o aprimoramento da acurácia, as evidências já obtidas indicam potencial consistente para o desenvolvimento de uma ferramenta capaz de apoiar, de forma complementar, os processos futuros de leitura automatizada desse conjunto documental.

Tal perspectiva evidencia que, embora a ferramenta ainda demande ampliação da base de dados e aperfeiçoamentos metodológicos, já apresenta sinais consistentes de potencial para apoiar a leitura paleográfica automatizada, configurando-se como recurso complementar capaz de ampliar as possibilidades futuras de acesso e interpretação desse acervo.

Não obstante os avanços observados nessa frente tecnológica, importa ressaltar que todo o trabalho tem sido pautado na necessidade de identificar o conteúdo informacional, de modo que esses documentos possam atender de forma efetiva às demandas informacionais dos usuários e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de apropriação social da informação e de reinserção desses registros nos processos de construção da memória. Oliveira (2013, p. 43) pontua, contudo, que somente por meio da descrição essa premissa se efetiva: “É no processo de produção das representações dos



arquivos que arquivistas têm a oportunidade de ampliar os usos e usuários dos arquivos e contribuir assim para a construção da memória da sociedade”. Os resultados já alcançados evidenciam, na prática, essa potencialidade.

Até o momento, foram identificadas e descritas 13 caixas-arquivo, totalizando 906 documentos, que resultaram na geração de 17.958 imagens digitais. As espécies, tipos e formatos mais recorrentes foram cartas, telegramas, discursos, apontamentos, relatórios, poemas, rascunhos de textos literários, incluindo versões não publicadas e outros integralmente inéditos, minutas de documentos (alguns nunca enviados), cadernetas, listas, roteiros teatrais e/ou cinematográficos, planejamentos editoriais e revisões de textos de terceiros, entre outros. Tal diversidade evidencia a heterogeneidade do acervo e reforça a necessidade de continuidade das estratégias voltadas à sua organização, descrição e preservação. Para além dos resultados quantitativos, esses avanços têm repercutido diretamente na reconfiguração institucional do tratamento do acervo.

No plano institucional, destaca-se ainda a participação da arquivista coordenadora nas reuniões de revisão do arranjo do fundo José Américo de Almeida e na elaboração do futuro guia do acervo. Nesse contexto, observa-se que as ações já implementadas vêm contribuindo de forma efetiva para retirar esse conjunto documental da condição de invisibilidade a que esteve historicamente submetido, transformando-o em um acervo ativo, passível de consulta e apropriação por diferentes públicos. O percurso, que articulou saberes arquivísticos, paleográficos, tecnológicos e de preservação, demonstrou que a difusão não constitui simplesmente uma etapa final, mas o resultado de um processo técnico-metodológico orientado à preservação, organização e contextualização dos documentos, garantindo sua integridade e ampliando suas possibilidades de uso. Ao transitar da invisibilidade para a circulação informacional, o acervo reafirma sua condição de patrimônio documental estratégico para a compreensão da trajetória intelectual de José Américo de Almeida e para o fortalecimento da memória coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste artigo permitiram problematizar as condições que contribuíram para a permanência dos manuscritos de José Américo de Almeida à margem do circuito informacional por longo período, evidenciando como limitações técnicas, ausência histórica de competências especializadas e insuficiente priorização



institucional podem produzir efeitos concretos de invisibilidade documental. Mais do que atribuir intencionalidade direta a esse processo, a análise permitiu compreender que determinadas condições institucionais, quando naturalizadas ao longo do tempo, podem resultar na postergação de intervenções arquivísticas fundamentais para a organização, preservação e acesso a conjuntos documentais complexos.

No caso específico dos manuscritos de José Américo de Almeida, a pesquisa demonstrou que as dificuldades de leitura, associadas às particularidades paleográficas da escrita do titular, constituíram entraves objetivos ao tratamento técnico do acervo. Contudo, evidenciou também que tais obstáculos não inviabilizavam, por si só, a adoção de medidas preventivas de preservação e a construção gradual de estratégias metodológicas voltadas ao seu enfrentamento.

Os resultados alcançados até o presente momento permitem afirmar que o trabalho desenvolvido vem promovendo o deslocamento desse conjunto documental da condição histórica de invisibilidade para um processo progressivo de organização, descrição e circulação informacional. Embora o preenchimento integral das planilhas descritivas ainda esteja em fase de conclusão, a totalidade dos documentos já passou por identificação preliminar, possibilitando o reconhecimento geral de seu conteúdo informacional e de seus tipos documentais. Esse processo permitiu localizar numerosos registros aparentemente inéditos, incluindo textos literários, apontamentos e versões documentais ainda não incorporadas ao circuito de pesquisa. Nesse sentido, as ações previstas para a continuidade do projeto concentram-se na finalização das planilhas descritivas, na elaboração do instrumento de pesquisa e na ampliação das estratégias de divulgação desse acervo, especialmente no que se refere aos conjuntos inéditos identificados. Trata-se de etapa decisiva para assegurar a consolidação pública desses registros como fontes efetivamente acessíveis à investigação.

Considerando a centralidade de José Américo de Almeida para a história política, intelectual e literária da Paraíba e do Brasil, torna-se fundamental que tais documentos sejam progressivamente incorporados às agendas de pesquisa, abrindo novas possibilidades analíticas sobre sua trajetória e favorecendo investigações ainda por desenvolver. Mais do que concluir um processo técnico, trata-se de viabilizar novas possibilidades de investigação histórica, literária e arquivística a partir de fontes até então pouco acessíveis. Nesse contexto, reafirma-se que a atuação arquivística não se restringe à aplicação de procedimentos técnicos, exigindo também postura crítica diante das



condições institucionais que interferem na visibilidade, no acesso e na permanência social dos documentos. Reconhecer essa dimensão implica compreender o arquivista como agente capaz de enfrentar processos de invisibilização documental, propor caminhos metodológicos e contribuir para a democratização do acesso à informação.

Por fim, o caso analisado evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas arquivísticas voltadas ao tratamento de acervos pessoais complexos, especialmente aqueles marcados por desafios paleográficos e materiais. Para além de seus resultados imediatos, a experiência desenvolvida junto aos manuscritos de José Américo de Almeida apresenta potencial para constituir referência metodológica para outras instituições custodiadoras que enfrentam problemáticas semelhantes, contribuindo para o amadurecimento das discussões arquivísticas contemporâneas acerca da preservação, representação, acesso e ativação social da memória.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos**. Recife: UFP/Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1994.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: IFHC, 2007.

CARVALHO, Gilcinei Teodoro (ed.). Grafema. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva, *et al.* **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/grafema>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CASSARES, Norma. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

COMPARATO, Bruno Konder. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 145-176, 2014.



HARRIS, Verne. **Archives and justice: a South African perspective**. Chicago: Society of American Archivists, 2007.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 237-259.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. **Rastros na areia: solidão e glória de José Américo**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1994.

MARTINS, Priscila Rosa; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; ALEIXO, Diana Vilas Boas Souto. Organização de arquivos pessoais: uma revisão de teoria e práticas. **Oficina: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v.2, n. 2, p. 85-108, 2023.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-26, ago./nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9545>. Acesso em: 28 maio 2026.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, Ottawa, n. 61, p. 105-126, Spring 2006.

OLIVEIRA, Danielle Alves de. **Perspectivas teóricas e pragmáticas da arquivologia e seus impactos na preservação da memória social**. 2023. 174 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 28-51, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/>. Acesso em: 20 maio 2025.

POTIER, Robson William. Considerações sobre memória, silêncio e esquecimento: a literatura e a produção de esquecimento a partir do não dito. ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11, 2017, Fortaleza. *In*: **Anais...** Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 2017. p. 1-30. Disponível em: <https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/site/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

